

ŞOREŞA ROJAVAYÊ: NÂO SÓ A UTOPIA, MAS TAMBÉM A REVOLUÇÃO É UMA PALAVRA FEMININA

Luisa Carmen Lima Machado¹

BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO. *Şoreşa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016. 219 p.

Şoreşa Rojavayê: ao leitor ou leitora de língua portuguesa, o título pode, pelo menos num primeiro contato, suscitar certo estranhamento – que, com sorte, será seguido de curiosidade. Logo nas primeiras linhas da apresentação e também nas abas da capa, faz-se questão de esclarecer: na língua curda, *Şoreşa Rojavayê* significa *Revolução em Rojava* – expressão que, embora inteligível, talvez não seja familiar à leitora ou leitor, mesmo que parcialmente. Foi exatamente com o intuito de “tornar conhecida e dar visibilidade a essa dramática e louvável experiência **antiestatista, anticapitalista e antipatriarcal**” (p. 7) – objetivos dos quais, vale adiantar, compartilha essa resenha – que o Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo e a Biblioteca Terra Livre reuniram os doze artigos que compõem essa publicação, em um esforço para oferecer uma visão abrangente da luta do povo curdo sem, no entanto, deixar de esmiuçar e dissecar as particularidades das várias dimensões que constroem essa totalidade.

Com isso em vista, os artigos foram, então, distribuídos em quatro seções: a primeira delas, “Panorama geral”, concentra-se em uma reconstrução do contexto histórico, geográfico e político que germina e alimenta esse processo revolucionário. Por sua vez, a segunda parte, denominada “Estrutura da revolução”, cuida dos princípios estruturantes dessa nova organização social, entendidos como os do **confederalismo democrático, a autonomia, a autodefesa e o protagonismo feminino** – este último, o mais elementar deles, como se verá. A terceira seção, “Organização econômica”, focaliza em uma análise da reconstrução das bases econômicas efetuada pela população de Rojava, conduzida de maneira autogerida e ecologicamente sustentável – recorte esse, em geral, muito evocado e sobre o qual são lançados olhares sobretudo muito desconfiados e, principalmente, desacreditados; não somente no caso de Rojava, mas quando quer

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: luisa_carmen95@hotmail.com

que se fale em revolução social. Finalmente, a quarta e última seção, redigida de próprio punho pelo Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, tenta apanhar e sintetizar o sem-fim de aprendizados “que podemos ter com a luta dessas companheiras e desses companheiros do Oriente” (p. 8).

Dada as incontornáveis limitações espaciais, optou-se por resenhar apenas a primeira parte, indispensável, tendo em vista que uma das pretensões do texto é espalhar e difundir a luta curda àquelas e àqueles que a ignoravam; juntamente com parcelas da segunda seção, onde, igualmente por opção, aborda-se com mais profundidade e detalhe o ponto do protagonismo feminino e os novos contornos que a organização política assume dentro desse sistema cujo ato constitutivo é o embate contra o Patriarcado, o Patrão e a Pátria.

No mais, sobra convidar e encorajar a leitora ou leitor a descer dos pedestais ocidentais e, humildemente, voltar os olhos e ouvidos para essas e esses que tanto tem a ensinar ao Ocidente – “para inspirar nossos trabalhos, precisamos escutar aqueles que constroem frágeis e imperfeitos oásis de liberdade” (p. 14).

1 “UM POVO SEM PAÍS”

As curdas e curdos são um grupo etnicamente não-árabe assentado no Oriente Médio. Das suas aproximadamente 30 milhões de pessoas, 28 milhões encontram-se na região conhecida como Curdistão, que engloba áreas da Turquia, Iraque, Síria e Irã. Boa parte da população curda, mais de um quarto da total, vive dentro de fronteiras turcas, embora muitas residam nas grandes cidades da Turquia, fora das regiões curdas do país, devido aos processos de deslocamento forçado levados a cabo durante os anos noventa.



Imagem A – região estimada do chamado Curdistão.

Percorrendo os tempos antigos, verifica-se que suas cidades-estados de então sofreram conquistas e subjugações por parte de invasores persas, romanos e árabes, tendo, todavia, até por volta de 1.500, ocasião da ascensão do Império Otomano, assegurado relativa autonomia; configuração essa que logrou se estender até o século 19, momento em que o Império se embrenha em uma tentativa de apropriação de suas terras, provocando incansáveis rebeliões².

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o partido da monarquia constitucional turca empreende-se em uma sistemática limpeza étnica contra os curdos, deportando 700 mil deles, dos quais metade não sobrevive às operações. Findada a guerra, já no ano de 20, os otomanos, vencidos, assinam o Tratado de Sèvres, que, ao repartir seu Império, planejava a criação de um estado curdo independente, dentro da região que, hoje, corresponde ao território da Turquia.

Em 1.922, porém, o movimento nacionalista turco vence a Guerra de Independência da Turquia e força os Aliados – que, na figura de Inglaterra e França, haviam arquitetado a divisão inicial do Império – a renegociar a repartição, originando, por conseguinte, um novo tratado – o de Lausanne, assinado em 23. O novo acordo não reconheceu a existência dos curdos e devolveu o Curdistão à Turquia, alavancando, ainda no mesmo ano, uma série de medidas que visavam ao seu apagamento e destruição identitária.

2 Para referências, consulte “Anexo 1”.

ria, como o recebimento da denominação de "turcos da montanha", a proibição do uso público de sua língua e o confisco de grandes extensões de suas terras comunais; fora a extinção de todos os partidos políticos e organizações de origem curda ou simpáticos à sua causa... nesse embalo, entre os anos vinte e trinta, uma série de levantes curdos estouraram em reação a tal processo de *turquificação*, deixando para trás dezenas de milhares de mortos e muitos desalojamentos.

Em uma casa de chá no Istambul, no ano de 1.978, a resistência curda ganha um novo braço: é fundado, por um grupo de estudantes universitários, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão, também conhecido como PKK, que incorpora uma clara orientação marxista-leninista de inspirações maoístas, e que aspirava à edificação de um Curdistão independente e comunista; não muito distinto da maioria das lutas por libertação nacional de sua época. Na década de 80, mais especificamente no ano de 1984, o PKK assume-se de fato um grupo paramilitar em guerra declarada aos seus opressores – no caso, o Estado Turco, uma vez que os inimigos do povo curdo não são poucos – e lança-se ao processo de luta armada. O PKK passa a conduzir uma série de assassinatos de membros do alto escalão e provoca atentados ao sul da Turquia, sendo extremamente exitoso na empreitada de consolidar uma unidade de recrutamento. Os segredos do sucesso de recrutamento do PKK teriam se sustentado, particularmente, em sua liderança carismática, representada pela figura de Abdullah Öcalan, também conhecido como Apo, e a política do partido em recrutar não somente homens, mas também as mulheres.

Nesse ponto da narrativa, desponta o marco "da passagem histórica no Curdistão em direção a um programa revolucionário estruturado pela luta de libertação da mulher" (p. 116). É bem verdade que, em seu programa inicial, o PKK não deixou de levantar uma reivindicação por "*igualdade entre homens e mulheres*", apesar de, entre sua base de vinte e dois membros fundadores, apenas duas serem mulheres; no entanto, essa premissa nunca se desdobrou em pautas mais específicas. Em 84, entretanto, em seguida às campanhas de recrutamento, a presença feminina ganhou inegável proeminência (os quadros femininos chegaram a corresponder a um terço das milícias³), e, em 93, são

³ Frente à provável, quase automática interrogação de quem eram essas mulheres que aderiram e lançaram-se à luta armada, encontra-se: "muitas tinham histórias de vida difíceis, crescido em famílias conservadoras e tirânicas em meio a uma sociedade que não as autorizava a nada, não tinham ido à escola e haviam se casado à força. Para elas, a guerrilha oferecia proteção, educação e um ideal social comum pelo qual lutar, apesar dos perigos do fronte" (p. 119).

criadas a primeiras unidades femininas independentes de guerrilha, a fim de livrar essas guerrilheiras de práticas machistas e quebrar o papel tradicional de subserviência atribuído ao gênero feminino, iniciando um sistema em que as próprias mulheres dirigiam umas às outras⁴. Foi somente a partir desse período, portanto, que se tem a plataforma ideológica do partido pensando factualmente uma *participação igualitária das mulheres* e suas implicações, alcançando a compreensão de que o direito à autodeterminação das mulheres é ingrediente necessário a um programa revolucionário. Não se deve desprezar, dessa forma, que esse “impacto do poder feminino sobre a resistência curda não ficou, porém, limitado ao discurso do programa político, deu corpo a uma nova estrutura organizativa social, em que as mulheres passaram a formar unidades políticas independentes” (p. 119).

Ainda na década de 80, que trouxe mais um golpe militar à Turquia – 1.982 contabilizou o terceiro golpe em duas décadas -, muitas lideranças do partido foram presas e significativa parte de seu comitê central foi obrigada a se exilar na Síria ou na Europa Ocidental. Aqui, tece-se a instigante e considerável observação de que a Turquia sempre considerou o PKK como uma organização terrorista, e que diversos países do Ocidente, de estreitas relações com a Turquia, políticas e econômicas, utilizaram-se desse rótulo para perseguir a organização e respaldar ações como a deportação de seus apoiadores. Mais que isso, a Turquia valeu-se dessa imagem para rebater críticas recebidas por seus abusos aos direitos humanos investidos contra os curdos⁵. Enquanto isso, *ironicamente*, a mesma Turquia se recusa a inserir o ISIS (o “Estado Islâmico”) nessa mesma lista. É feita a provocação: “Claramente, a designação de terrorista é um véu atrás do qual a Europa esconde suas fraquezas. É uma ferramenta de controle para silenciar o dissenso e aniquilar consciência política” (p. 73).

4 “Por exemplo, quando a líder da operação militar com a finalidade de retomar a cidade de Raqqa do Estado Islâmico, Rojda Felat, foi perguntada sobre a reação dos homens ao descobrirem que estariam sob o comando de uma mulher respondeu: ‘Quando olhamos para a Revolução de Rojava são as mulheres que são a vanguarda da revolução. (...) Estas camaradas nos mostraram o caminho a seguir. Nossos companheiros homens estão acostumados com este caminho e não se surpreendem mais com isso, eles nos respeitam e nos apoiam’ (p. 93).

5 “Kerem Öktem descreve como, nas províncias curdas nos anos 80: ‘os militares, a polícia e seus colaboradores cometeram os mais abjetos abusos de direitos humanos com total impunidade, enquanto a burocracia e o judiciário protegeram os criminosos e processaram as vítimas’. Prisioneiros curdos foram torturados em prisões turcas e centenas de milhares foram detidos. Em 1982 (...) a nova constituição turca proibiu o ensino de outras línguas senão a turca em escolas e o uso do curdo e outras línguas nativas foram oficialmente banidos” (p. 52).

Os anos noventa não foram mais mansos com as curdas e curdos. Novamente utilizando o PKK como pretexto, mais de 3.000 vilas curdas foram queimadas por forças de segurança turcas, retirando, forçosamente, pessoas de suas terras e obrigando-as a instalarem-se nas cidades, onde poderiam ser devidamente assimiladas como *turcas*. Durante tais operações, não eram raras as agressões e as humilhações, muito menos a usurpação de bens e os mal tratos, até mesmo a tortura. O processo foi marcado por eventos de “desaparecimento” e execuções extrajudiciais.

A chegada de 1.999 significou para a luta curda não só a captura de Abdullah Öcalan que, até este exato instante, permanece condenado à prisão perpétua e como único preso da ilha-prisão de İmralı, em regime de isolamento; como também coincide com a crise de fé no comunismo dentro do Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Se, em sua fundação, a criação de um Estado curdo, independente e socialista, erige-se como o único caminho que guiaria até a vitória, até a libertação do povo curdo, a partir, com mais intensidade, de 1.999, além da prisão de seu líder, o PKK teve de encarar também o insistente fracasso de suas tradicionais táticas militantes, como os bombardeios, emboscadas e homens-bomba; sua aparência de “*apenas mais um grupo jihadista*”, frente à proliferação de organizações do gênero no Oriente Médio; e, claro, o colapso do socialismo na Europa Oriental e na Rússia⁶. Todavia, deve-se ter a sensibilidade para distinguir que um dos principais propulsores para as intensas transformações ideológicas, políticas e sociais pelas quais atravessou o PKK em direção ao **confederalismo democrático** foi a já comentada movimentação das mulheres.

2 GRITO DE ORDEM: “ERKEĞİ ÖLDÜRMEK” - “MATAR O MACHO”!

Com o tensionamento e acirramento do confronto contra o Estado turco nos anos 90, algumas lideranças dentro das guerrilhas do PKK passaram a abalar e ameaçar a visão e projeto curdo de libertação: monopolizavam autoridade; armamentos; rotas comerciais; informações e relações com os habitantes locais. Coube justamente às mu-

⁶ É igualmente digno de menção que o comitê central do PKK também acompanhou com olhos atentos a rápida e próspera escalada e ascensão do Zapatismo, que, semelhantemente àquele, também surgiu como uma “guerrilha marxista ortodoxa” no México, mas que terminou por renunciar a esse projeto em favor de um que negasse “a hierarquia, o controle de um partido e a aspiração de se criar um aparato estatal” (p. 29).

Iheres, que fortaleceram suas organizações autônomas, desafiar e enfrentar essa conjuntura interna e as estruturas patriarcais que contaminavam a organização, garantindo não só sua proteção contra os homens, como a transformação das relações com os habitantes locais e uma oposição aos abusos de poder.

Esses desdobramentos gestaram uma verdadeira *turbulência autorreflexiva* dentro do PKK, produzindo em Öcalan e no restante do partido a reflexão de que todas as formas de dominação – seja a do Patriarcado, a da Pátria ou a do Patrão – convergem para uma mesma raiz: a do *macho dominante*. O capitalismo, nessa perspectiva, seria não mais que um efeito destes cinco mil anos de patriarcado, que tem a sujeição da mulher nas primeiras civilizações como opressão *primeira e fundamental*; precedente para todas as demais. A figura do *macho dominante*, que encerra em si a *masculinidade*, representa, portanto, o caráter e o ímpeto da *dominação*, e é precisamente esse domínio masculino que estaria interiorizado em toda a estrutura do mundo moderno, seja em sua dimensão política, econômica, ou nas demais instâncias das relações sociais.

O Estado, seguindo essa linha, seria originário desse mesmo patriarcado que subjugou, antes de tudo, as mulheres. Um projeto que mire a criação e a constituição de um Estado esbarra, dessa forma, contra sinceras aspirações por liberdade, igualdade e justiça. Ao se secularizarem em Estado-nação, os Estados teriam simplesmente substituído sua gênese religiosa e suas muletas divinas pelo discurso da nação – ele, também, instituidor de uma identidade dominante e dominadora, “que impõe suas instituições e fronteiras de cima abaixo, esmagando a multiplicidade de culturas, modos de vida, línguas e grupos étnicos” (p. 108).

Ao examinar-se, desse modo, o papel das mulheres curdas e sua luta, há de se distinguir que ele se impõe, sobretudo, como “**nexo** fundamental entre os princípios teóricos da revolução de Rojava e a própria prática da resistência popular curda” (p. 105). Se as mulheres, em Rojava, estão à frente do processo revolucionário, não é tão-somente por sua primazia nas fileiras da guerrilha: é, acima de tudo, por uma razão estratégica, que possui o confederalismo democrático como horizonte – é o discernimento de que unicamente as mulheres podem conduzir até à destruição da masculinidade hegemônica e, mais do que isso, da *mentalidade patriarcal*, rumo à construção dessa nova orga-

nização social.

Ao lutar contra a mentalidade patriarcal por nossa emancipação e liberdade, nos confrontamos com uma autoridade, uma hegemonia e uma hierarquia de relações. O sistema patriarcal está realmente institucionalizado, e sua mais importante instituição é, evidentemente, o capitalismo e o sistema estatal no qual vivemos. (...) Nós mulheres nos demos conta de que se cortássemos uma única forma específica de relação de dominação, não teríamos conseguido alcançar nosso objetivo. Se não lutarmos contra essas diferentes formas, não poderemos superar o patriarcado. (DÖKH, Academia das Mulheres de Amed. MESSAGES DE FEMES À LA FRONTIÈRE DU ROJAVA: RESISTENCE ET SOLIDARITÉ. Panfleto publicado pelo *Collectif Solidarité Feministe Kobani*, Paris, março 2015, pp. 22-23. Disponível em: < <http://solidaritefemmeskobane.org/sites/default/files/RAPPORT-SFK-2015.pdf>> apud p. 110)

3 SOCIEDADE CONTRA O ESTADO

Confinado em sua solitária na ilha de İmralı, Öcalan entrega-se aos estudos e à escrita, debruçando-se sobre textos de autores como Nietzsche, Foucault, Wallerstein, Emma Goldman, Clastres e Benjamin. Dedicou especial atenção, no entanto, à obra de um anarquista norte-americano, Murray Bookchin, que pensou e estruturou um sistema o qual denominou de *municipalismo libertário*. Visualizando os municípios como uma esfera em que as e os cidadãos conseguem possuir uma visão geral sobre suas dinâmicas e de como intervir em sua política, diferentemente do que ocorre no âmbito do Estado, Bookchin pregava por um sistema de conselhos horizontais e locais, onde a política seria discutida cara-a-cara.

Assim, de dentro de sua cela, Öcalan abandona de vez o projeto ao qual se doou por décadas - o da criação de um Estado independente curdo -, diante da percepção de que o direcionamento que seguia previamente era "autoritário, dogmático e incapaz de refletir criativamente sobre os reais problemas da resistência curda" (p. 29), e concebe a ideia do **confederalismo democrático**, que tem como sustentáculos os pilares do municipalismo libertário de Bookchin – **a ecologia social, a democracia direta e a horizontalidade** – que, em uma direção oposta, visa ao estabelecimento de uma sociedade sem

Estado.

Em contraste com uma concepção centralista e burocrática de administração⁷ e exercício do poder, **o confederalismo democrático⁸ forja uma estrutura em que todos os grupos sociais e políticos e identidades culturais da sociedade podem expressar-se nos processos de tomada de decisão, em reuniões locais, convenções gerais e conselhos.** Ao se sepultar a hierarquia burocrática dos Estados-nação, reforça-se, desse modo e estruturalmente, a autonomia dos atores sociais e a política acaba por tornar-se parte da vida cotidiana, aumentando a politização da sociedade. Ademais, resolve-se a eterna “crise de representação” experimentada pelos modelos de democracia liberal.

Quando as manifestações contra o presidente Assad explodiram na Síria no ano de 2011, curdos e outros em Rojava logo aderiram às movimentações. No ano seguinte, quando mais da metade do país estava tomada por grupos rebeldes e milícias jihadistas e as forças do governo encontravam-se dispersas, concentrando-se em defender as zonas urbanas, a população curda cerca as instituições militares e apodera-se do controle da maior parte de Rojava. A abertura de um vazio no poder logo foi preenchida pelas assembleias e comunas.

Três cantões foram inicialmente estabelecidos: Afrin, Kobanî e Cizîrê. Cada um goza de seu próprio corpo político, no que ficaram conhecidos como *autonomias democráticas*, e a pretensão é que os três territórios se coordenem e apoiem segundo um modelo de confederação. Dentro de cada um desses cantões, o processo de tomada de decisão ocorre, majoritariamente, dentro das **comunas**; subindo, em seguida, para **os conselhos de bairros e conselhos distritais**, havendo, por fim, uma última instância, onde

7 “Esse tipo de governo ou administração pode ser chamado de administração política não estatal ou de democracia sem um Estado. Processos democráticos de tomada de decisão não podem ser confundidos com os processos conhecidos como administração pública. Estados apenas administram enquanto democracias governam. Estados são baseados em poder; democracias são baseadas em consenso coletivo” (ÖCALAN, Abdullah. *Confederalismo democrático*. Tradução de Daniel de Oliveira Cunha e Bülel Karadağ. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 26, n. 2, dez. 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/117472/115226>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

8 Douglas Lummis, em seu *Democracia Radical*, parece ter sido certo ao dizer que a *democracia* é uma das palavras políticas mais cruelmente abusadas, já tendo justificado e sido usada para tudo, desde revoluções a contrarrevoluções (LUMMIS, 2002, p. 25). Tendo em vista que alguns advogam por uma verdadeira negação e ruptura com a democracia, compreendendo-a como estrutura essencial ao funcionamento do capital e que, inclusive, mascara a luta de classes, ao tratar todos igualmente como *cidadãos* (QUARMAT, 2006, p. 13), a reinvidicação das curdas e curdos por um confederalismo *democrático* acaba por tornar-se ainda mais provocativa e chamativa, fazendo pensar os *nomes* que são dados a projetos e bandeiras, seus significados, ressignificações e limites.

ainda prevalecem formas de representação e administração, responsáveis por uma execução coordenada dessas decisões da base e também pela política externa, por ações militares⁹ e por algumas questões jurídicas.

O nível mais básico – e, ao mesmo tempo, mais ativo (afinal, essa experiência pretende centrar-se *literalmente* na base, incentivando a máxima participação política possível) – de organização é, portanto, o das **comunas**; nas quais, essencialmente, toda a população de uma rua, quadra, bairro ou vilarejo se reúne em média a cada duas semanas. Elas são criadas em regiões onde residam até 400 famílias, sendo substancial que todos consigam discutir e opinar as questões locais¹⁰ – sejam elas questões sociais, políticas, educacionais, de segurança, auto-defesa.... Uma comuna que, porventura, torne-se grande demais é dividida.

As decisões são tomadas por consenso e, quando este não é atingido, recorre-se à votação. Tem-se como princípio que a reunião não pode ser composta por menos de 40% de cada gênero, e todo cargo é ocupado por um homem e uma mulher. Há, ainda, uma cota de 10% para minorias étnicas e religiosas. Essas diretrizes básicas de organização replicam-se em todas as outras instâncias.

As comunas criam também comissões para lidar com questões específicas – o que também ocorre nos demais níveis. Uma das comissões mais notórias são aquelas de reconciliação e justiça, onde partes de uma disputa, que antes se estendiam por anos em tribunais do Estado, processam reparações e acordos¹¹. É responsabilidade de cada comuna não só tomar como executar as decisões obtidas quando possível e, ainda, cabe a elas eleger delegadas e delegados para participar da assembleia do próximo nível de coordenação – **os conselhos de bairro**, no caso das áreas urbanas, ou **conselhos de aldeia**, relativos às zonas rurais. Esses conselhos representam de 7 a 30 comunas e, simetricamente, também eles elegerão delegadas e delegados para participar da as-

9 Um cuidado crucial aqui é que não se infira a partir disso que exista algo como um exército ou monopólio da violência. A perspectiva adotada é a da autodefesa e da redistribuição antimilitarista dos meios de violência e justiça.

10 “Nós agimos da mesma maneira que trabalhadores sociais, incluindo encontrar pessoas, participar de reuniões semanais, checar qualquer problema nos lugares onde vivemos, proteger as pessoas da comunidade e resolver os seus problemas, coletar o lixo da área, protegendo o ambiente e participando dos maiores encontros para relatar de volta o que aconteceu na última semana” (p. 90-91).

11 A estatística é de que 90% dos conflitos resolvem-se dentro das comunas.

sembleia correspondente a um maior alcance geográfico: **os conselhos distritais**. Este terceiro nível, em geral, compreende cidades inteiras ou parcelas de regiões metropolitanas que albergam grandes populações. Além das delegadas e delegados oriundos dos conselhos de bairro ou aldeia, o conselho distrital é formado ainda por representantes de diversas classes como trabalhadores, juventude, mulheres e partidos. Para que não se perca ligação com base, também membros da comuna são eleitos para participar diretamente dessa instância, evitando que o poder se concentre em “plataformas” e acabe por, de certo modo, verticalizar-se. Vale destacar que as delegadas e delegados estão necessariamente vinculados às decisões tomadas na comuna, estando sujeitos a prestação de contas e que seu cargo é rotativo e passível de revogação, caso a comuna não entenda a atuação como satisfatória. Enfim, o derradeiro e último nível refere-se ao **Conselho Popular do Curdistão Oeste**, que reúne representantes dos três cantões e outros territórios libertados que decidiram articular-se politicamente com os conselhos¹².

Acompanhando as comunas, importa evidenciar que existem igualmente comunas, reuniões e assembleias exclusivamente de mulheres. Lá são decididos os assuntos que dizem respeito unicamente a elas – foram essas organizações que proibiram, por exemplo, o casamento infantil e a poligamia –, e é para onde são levados casos como os de violência doméstica e estupro. Além disso, detêm poder de veto sobre aquelas decisões saídas das comunas mistas que entendam ser maléficas às mulheres da região, podendo também, da mesma forma, barrar homens com histórico de violência contra a mulher de exercer cargos.

Paralelamente ao sistema de conselhos descrito acima, encontra-se uma outra estrutura dentro do corpo político de Rojava – as **Administrações Autônomas Democráticas**. Sua função, em linhas breves, é executar e implementar as decisões e projetos alcançados nos conselhos populares, caracterizando, conseqüentemente, uma separação entre a criação de políticas, que cabe aos conselhos, e a sua execução, que restaria a essas instituições que coordenam as comunidades. Ela divide-se em uma Assembleia

¹² Como um desenrolar do processo de abandono do desejo de formar um Estado nacional independente, foi adotada uma meta de introdução da democracia, igualdade e liberdade não só para o povo curdo, mas para o Oriente Médio como um todo. Ao, por exemplo, liberar territórios em seu embate contra o ISIS, é ofertada às populações locais a possibilidade de se articularem junto à Região Autônoma de Rojava e passarem a organizar-se de acordo com o confederalismo democrático.

Legislativa, que deverá ser eleita mediante eleições gerais¹³, e um Conselho Executivo. Compete à Assembleia legitimar as decisões emanadas dos conselhos populares em forma de lei; sendo permitido que faça, também, proposituras, mas que passarão, necessariamente, pela discussão e aprovação dos conselhos populares. Incumbe ao Conselho Executivo, por seu turno, coordenar e executar projetos maiores, que uma comuna ou assembleia de distrito não seria capaz de concretizar. É interessante observar que subsiste uma Suprema Corte de Justiça, integrada por advogados formados com especialização técnica – ainda que, como já citado, o grosso das disputas seja resolvido dentro das comunas, nos Comitês de Paz e Consenso.

A instituição das administrações dentro dos cantões inspira hesitações e questionamentos: não estaria Rojava caminhando para a formação de um Estado independente? Argumenta-se, contudo, que essas estruturas "centrais" seriam apenas garantidoras do acúmulo de decisões retiradas dos conselhos, e, mais que isso, constituiriam também um mecanismo de autodefesa, "para que as novas [estruturas] não se dissolvam antes de sua maturidade" (p. 99), fortalecendo-os e não, pelo contrário, como sugerem, supostamente os enfraquecendo¹⁴ - não se pode esquecer o cenário no qual Rojava está imersa. Para muitos, é uma questão de tempo até que as comunas e os conselhos sejam o único poder em Rojava. Da mesma forma, não se deve olvidar que o estabelecimento do confederalismo democrático é um processo, ainda inacabado, que, inevitavelmente, contará com traços e resquícios de formas pretéritas – afinal, *não se pode apagar completamente o passado*.

13 Discute-se a possibilidade de que essa Assembleia seja formada em 40% por membros dos conselhos populares.

14 Para insistir ainda mais na centralidade que as comunas assumem dentro do sistema de Rojava, convém revelar mais um de seus artifícios: mesmo que uma decisão chegue até o topo de conselhos ou no próprio parlamento, as comunas podem, individualmente, aceitar ou negar sua implementação em seus territórios.

4 REFERÊNCIAS

QUARMAT, Miriam. **Contra la democracia**. 1.ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.

LUMMIS, Douglas. **Democracia radical**. México: Siglo xxi, 2002.

ANEXO 1

AUTOR DESCONHECIDO; Região estimada do chamado Curdistão. Disponível em: <<http://www.revistadiaspora.org/2016/02/22/confederalismo-democratico>>. Acesso em: 16 fev. 2017.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v2.n.1 JAN-JUL.2017
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

MACHADO, Luisa Carmen Lima. *Şoreşa Rojavayê: não só a utopia, mas também a revolução é uma palavra feminina*.
Data de Submissão: 16/02/2017 | Data de aprovação: 11/04/2017

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:
BIBLIOTECA TERRA LIVRE; COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA CURDA DE SÃO PAULO. *Şoreşa Rojavayê: revolução, uma palavra feminina*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2016. 219 p. Resenha de: MACHADO, Luisa Carmen Lima. *Şoreşa Rojavayê: não só a utopia, mas também a revolução é uma palavra feminina*. In: **Revive** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 491-503, jan./jul. 2017.